

30 ABR 1992

Eduardo Boaventura

O Brasil não é uma empresa

LUIZ WERNECK VIANNA *

Diz-se por aí, com fumaças de ciência, que os processos econômicos, como a globalização, além de irreversíveis — até que são — teriam o condão de impor a naturalização do comportamento humano aos automatismos neles contidos. Trata-se, na verdade, de um curioso pastiche da pior vulgata do marxismo — praticado, em geral, por figadais inimigos seus —, em que o movimento das sociedades, mais do que estar irremediavelmente condicionado por suas estruturas econômicas, deveria procurar, no plano da consciência, os melhores meios a fim de servi-los. A razão estaria oculta no mundo, jazendo neste lugar aparentemente prosaico que é o mercado, e sua radiosa manifestação deveria apenas aguardar para que os homens deixassem de bobagens, para que o sumo da sua verdade teologal se difundisse por toda a parte, contemplando os bons e punindo os maus, estes recalitrantes pré-científicos e antimodernos que não se rendem à evidência de que vivemos limitados por um círculo fatal, com o qual ou nos conformamos ou nos perdemos para sempre.

Sem contar o governo Collor, são mais de dois anos dessa ciência, cuja condição de aplicação está na descrença, por parte da esmagadora maioria dos brasileiros, dos seus interesses, expectativas e motivações, porque sobre elas incidiria o diagnóstico de irracionais e anacrônicos. A presunção do governo vem daí, da sua convicção de que é fiel a imperativos científicos que uma sociedade pouco educada e sem informação ignora ou não sabe compreender. Daí também provém sua alta distânci-

quanto à seus críticos e o que parece ser a sua inabalada confiança de que, por ter o remédio cientificamente certo, vai levar a bom termo a sua terapêutica a um paciente incrível dos seus poderes taumatúrgicos.

É por essa “certeza científica” que o governo não desconfia de si mesmo ao se deparar com o fato inaudito da mobilização dos trabalhadores sem-terra, movimento deveras fora do ordinário — quiçá implausível por uma ótica propriamente científica —, porque não proveniente de interesses econômicos organizados (como na Fiesp) e fora da pauta de indivíduos consumidores. Não foi o governo em sua miragem de modernização quem acendeu a imaginação do país, mas os “sem-terra” que, com sua mobilização, demonstraram politicamente as amplas possibilidades para a democratização do capitalismo brasileiro, a partir da ocupação pela agricultura familiar da imensa e generosa fronteira agrária do país. Do episódio, como não ficar a conclusão da superioridade da razão política, sustentada na solidarização dos interesses e das aspirações de milhões de trabalhadores pobres, sobre uma razão que se especializa no cálculo da eficiência econômica e desconsidera as pulsões e motivações da sociedade?

Noutra ponta, e como comprovação de que a “certeza científica” não apenas rateia quando exposta a situações do longínquo *hinterland*, está aí o fato urbano do dia com a privatização da Vale do Rio Doce mobilizando, contra a vontade do governo “racionalmente fundada”, a *intelligenzia*, a OAB, a ABI, os bispos da Igreja Católica, o sindicalismo e, inesperadamente — em sem “base

científica” alguma — os “sem-terra”. O Brasil não é uma empresa, mas um grande e singular país, e é por isso que, na questão agrária como na privatização da Vale, fazem-se presentes além de interesses, os valores imateriais, as razões ético-morais, o sentimento nacional. E assim é que um governo que começa com o orgulhoso brado de romper com o passado — “a ruptura com a era Vargas” —, ao desconsiderar interesses que julgava pretéritos — como o dos trabalhadores pobres do campo — e a memória político-social do país que avaliava como anacrônica — as motivações de soberania nacional —, vê renascer contra si o que declarava como perempto: as questões agrária e nacional.

Contra a naturalização dos automatismos de mercado, expressão da “física” dos interesses constituídos das elites econômicas, levanta-se a velha metafísica brasileira, com seus padres, seus magistrados, seus intelectuais rousseauianos em torno da vetusta idéia ibérica de comunidade nacional. Já agora, contudo, em estreita associação com os interesses emergentes dos setores subalternos da sociedade. A “certeza científica”, unidimensional na sua explicação do mundo pelo mercado, patuléia da globalização e da abdicação política, do civismo e dos valores ético-morais, produz, como má ciência, o resultado oposto ao que quer. A Vale não é uma empresa, mas um emblema da melhor tradição republicana, e um governo com tantas influências anglo-saxãs não poderia esquecer que o moderno não pode ser inteiramente descontínuo a uma história que custou muita luta a seu povo.